

# Primeira Mão

Edição 939

FUP - Filhada à CUT, CNQ e DIEESE

14 a 21/05/2010

## Petrobrás mata de novo!

### *Operador perde a vida em mais um acidente de trabalho na Bahia*

Quem será a próxima vítima da política de (In)segurança da Petrobrás? É a pergunta que os petroleiros se fazem cada vez que um companheiro ou companheira perde a vida em um acidente de trabalho na empresa. Esse questionamento, provavelmente, foi feito várias vezes pelo técnico de operação Miraldo da Silva Leal, ao longo dos 26 anos em que trabalhou na Petrobrás. No último dia 11, ele passou a ser mais uma vítima das omissões, negligências e irresponsabilidades dos gestores da empresa com a vida dos trabalhadores. Miraldo, 48 anos, casado, pai de três filhos, teve morte instantânea durante a explosão de um compressor em uma estação da Unidade de Operação e Produção de Araçás, na Bahia. O acidente deixou dois trabalhadores terceirizados feridos: Luciano dos Santos Lima e Eduardo dos Santos Neto, que estão internados em estado estável.

Mais uma tragédia anunciada. Mais uma vida perdida. A dor de perder um companheiro, um amigo, um



parente em um acidente como este é revoltante. Independentemente da cor do crachá e do vínculo de trabalho que havia com a Petrobrás. A dor é a mesma e a responsabilidade da empresa, também. Ou pelo menos deveria ser. Os gestores da Petrobrás têm por obrigação zelar pela vida

e saúde de todos os trabalhadores, sejam eles próprios ou terceirizados. Os riscos são os mesmos, mas as condições de trabalho são diferenciadas: nos últimos 15 anos, das 282 mortes por acidentes de trabalho ocorridas na empresa, 227 foram com prestadores de serviço.

### **Para as gerências, está tudo bem**

A explosão do compressor que causou a morte de Miraldo poderia ter sido evitada se a Petrobrás tivesse uma política responsável de SMS, manutenção e inspeção de equipamentos. Da mesma forma que poderia ter sido evitada a explosão de uma caldeira na Rlam (BA), que

causou a morte em março do soldador Eli da Silva Melo, que prestava serviços na refinaria. A empresa, no entanto, continua priorizando lucros e recordes de produção, permitindo omissões e subnotificações de acidentes, menosprezando ocorrências graves e

negando-se a atender ou mesmo a discutir com mais empenho as reivindicações das Cipas, sindicatos e FUP. Na reunião da Comissão de SMS, realizada no dia 10, mais uma vez, não houve avanços por parte da Petrobrás (veja matéria na página 02).

# II Plenafup: confira a agenda dos sindicatos e da FUP

Os sindicatos da FUP estão em processo de debate e de escolha de delegados para a II Plenafup, que será realizada entre os dias 03 e 05 de junho em Brasília. Em Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo, os trabalhadores já escolheram os delegados e discutiram as pautas e teses que irão nortear os debates na Plenária Nacional da FUP. Neste final de semana (15 e 16/05), serão realizados congressos regionais na Bahia e Ceará. Nas bases do Sindipetro Unificado-SP, as assembleias para escolha dos delegados terminam na segunda (17). No Sindipetro-



PR/SC, as assembleias serão feitas nos dias 17 e 18. No Sindipetro-MG, o congresso será nos dias 17, 18 e 19; no Sindipetro Caxias, no dia 18; no Sindipetro-AM, nos dias 21, 22 e 23; no Sindipetro-RN, no dia 22; no Sindipetro-NF, nos dias 24, 25 e 26.

## Encontros nacionais

Além dos congressos regionais e assembleias para eleição dos delegados que participarão da II Plenafup, os sindicatos também participam dos encontros nacionais realizados pela FUP e que são preparatórios para a Plenária Nacional. Confira a agenda:

**19/05** Conselho Nacional dos Aposentados e Pensionistas

**20, 21 e 22/05** Encontro Nacional do Jurídico

**27/05** Encontro Nacional de Formação Sindical

**28 e 29/05** Encontro Nacional dos Petroleiros do Setor Privado

## Petrobrás tenta esvaziar comissões de negociação



Nos dias 10, 11 e 12 de maio, a FUP deu continuidade à agenda de negociação permanente com a Petrobrás para discutir pendências da categoria, cobrar e acompanhar a implementação das conquistas do Acordo Coletivo, assim, como denunciar problemas e situações de conflito enfrentados pelos trabalhadores. Os representantes da empresa, no entanto, pouco ou quase nada têm

avanzado nessas reuniões, tentando, claramente, esvaziar um fórum de negociação importante, que foi conquistado pelos trabalhadores em Acordo Coletivo.

A FUP apresentou as demandas da categoria nas Comissões de SMS (10/05), AMS (11/05) e Acompanhamento do Acordo Coletivo (12/05). As gerências da Petrobrás, mais uma vez, desconsideraram a

maior parte das cobranças e sequer responderam os principais questionamentos feitos pela Federação.

A reunião da Comissão de Terceirização, que estava agendada para o dia 13, não aconteceu, pois a Petrobrás continua sem aceitar a retenção de verbas para garantir o pagamento das rescisões dos trabalhadores terceirizados. Este é um ponto condicionante para que a Federação volte a se reunir com a Comissão de Terceirização.

No dia 17, é a vez da Comissão de Regimes e Jornada de Trabalho discutir as cobranças da categoria.

A FUP espera que a Petrobrás respeite o processo de negociação permanente e se posicione de forma propositiva em relação às demandas dos trabalhadores.

# FUP defende soberania nacional em seminário no Crea-RJ

Os dirigentes da FUP participaram no último dia 13 do seminário “Energia, pré-sal e impactos no desenvolvimento fluminense e nacional”, realizado no CREA-RJ. O evento foi organizado pela Fundação Maurício Grabois e Centro de Estudos Psicopedagógicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e contou com a presença de representantes e militantes de diversos movimentos sociais, como sindicatos, associações de moradores, grêmios estudantis. O diretor da FUP Aldemir Caetano foi um dos palestrantes do painel “Matriz energética e marco regulatório”, junto com o assessor da presidência da ANP, Edson Silva, e o assessor da diretoria de E&P da Petrobrás, Ricardo Latgê.

## Defesa do monopólio estatal e dos campos terrestres

A Federação enfatizou a unidade dos movimentos sociais em torno do projeto de lei que está em tramitação no Senado (PLS 531/2009), que propõe a retomada do monopólio estatal na indústria brasileira de petróleo, através da Petrobrás 100% pública. Caetano também ressaltou a importância da campanha conduzida pelos petroleiros para impedir a privatização dos campos terrestres de produção de petróleo. A FUP explicou as alterações que foram feitas nos projetos de lei do governo que estão em pauta no Senado e alertou que os estados do Nordeste sofrerão prejuízos incalculáveis, caso a Petrobrás seja obrigada a interromper seus investimentos na região (onde está localizada a maior parte dos campos terrestres operados pela empresa). “Estamos mobilizados para impedir mais este crime de lesa pátria. Entregar os campos terrestres de petróleo à iniciativa privada é um erro absurdo do ponto de vista político e um grande desastre do ponto de vista econômico”, declarou Caetano.

O debate prosseguiu com as intervenções dos demais diretores da FUP que participavam do seminário. Os representantes da ANP e da diretoria da Petrobrás foram várias vezes interpelados pelos sindicalistas, que



colocaram em xeque os leilões dos blocos de petróleo e as relações perigosas de antigos executivos da Petrobrás com empresários do setor, como é o caso de Eike Batista, dono da OGX, empresa que se tornou a segunda maior petrolífera do país, após aquisição de blocos de petróleo estratégicos (localizados na franja do pré-sal) nas Bacias de Santos e de

Campos. A presidente do Modecon, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, de 93 anos, acompanhou os debates e aplaudiu e apoiou entusiasticamente as intervenções da FUP. Ela, que participou nos anos 40 e 50 da campanha “O petróleo é nosso”, continua na luta em defesa da soberania nacional e pela retomada do monopólio estatal do petróleo.

## Vazamento no Terminal de Cabiúnas

No último dia 9, os trabalhadores do Terminal de Cabiúnas, em Macaé, viveram momentos de medo e apreensão. Um vazamento de grandes proporções de LGN (Líquido de Gás Natural) foi contido a tempo, mas todas as unidades do terminal tiveram que ser paradas, por questões de segurança. Segundo informações

obtidas pelo Sindipetro-NF, as consequências não foram trágicas porque o vazamento foi detectado logo no início. Uma equipe de seis pessoas da brigada de incêndio teve que entrar numa nuvem de gás com balão de oxigênio para achar o vazamento, pois o sensor de gás e o alarme não funcionaram.



Edição 939 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTB 16763 Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estêr, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney

# Após 13 anos, Petrobrás volta a ter um navio petroleiro 100% nacional

No dia 7 de maio, foi lançado ao mar, no Porto de Suape, em Pernambuco, o primeiro navio do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobrás Transporte (Promef). Batizada de João Cândido, a embarcação tem 274 metros de comprimento e capacidade para transportar um milhão de barris de petróleo. É o primeiro navio petroleiro construído no Brasil nos últimos



13 anos. A última embarcação de grande porte fabricada pela indústria nacional foi entregue à Petrobrás em 1997, após ter levado dez anos para ser concluída.

**Marinheiro negro** – o novo navio da Transpetro homenageia o marinheiro negro João Cândido, filho de ex-escravos, que há cem anos liderou a Revolta da Chibata, movimento que pôs fim aos castigos físicos na Marinha Mercante do Brasil.

## Retomada da indústria naval

A solenidade de lançamento do navio João Cândido marcou a retomada da indústria naval brasileira. Representantes da FUP, Sindipetro-PE/PB e CUT-PE participaram da cerimônia, que contou com a pre-

sença do presidente Lula, e da ex-ministra Dilma Rousseff.

Ao longo dos anos 90, a indústria naval brasileira praticamente desapareceu, após ser a segunda maior fabricante mundial nos anos 70. Através das encomendas feitas pela Petrobrás (o Promef), o Brasil passou

a ocupar a quarta posição no mundo em construção de navios petroleiros.

Lançado há cinco anos, o Promef prevê a fabricação de 49 navios no Brasil, dos quais 33 já foram contratados, gerando inicialmente 15 mil empregos diretos, em um total de 40 mil postos de trabalho que deverão ser abertos em função do programa. O Promef é um dos principais projetos estruturantes do PAC e possibili-

litou a modernização dos estaleiros nacionais e a criação de novas unidades de produção, como a Atlântico Sul, em Pernambuco, onde foi construído o navio João Cândido. Em junho, será lançado o segundo navio 100% nacional da Petrobrás, desta vez no Estaleiro Mauá, em Niterói (RJ).

## Diretor da FUP é reeleito presidente de Fórum intersindical

O diretor da FUP, Joacir Pedro, foi reeleito presidente do Fórum dos Trabalhadores da Indústria Naval e Petróleo. O Fórum tem tido um papel preponderante na organização dos trabalhadores que protagonizam a retomada da indústria naval brasileira. Através do Fórum, os trabalhadores têm pautado suas propostas e reivindicações, assim como projetos para formação e qualificação profissional.

## Comissão que discute regime e jornadas na Halliburton tem nova reunião dia 18

A Comissão Mista que discute regime e jornadas de trabalho na Halliburton volta a se reunir no dia 18, na sede da FUP, no Rio de Janeiro. A Comissão é formada por dirigentes da FUP e dos sindicatos, trabalhadores de base e representantes da empresa. Já houve reuniões da Comissão nos dias 14 e 15 de abril e no dia 04 de maio.

A FUP tem cobrado que a empresa re-

ponha o seu efetivo, reconheça as horas extras de percurso, horas de repouso e horas de sobreaviso no local de trabalho. Outros pontos que são discutidos na Comissão são interstício entre jornada; acúmulo de dias e horas realizadas além do que prevê o Acordo Coletivo; local adequado para o repouso dos trabalhadores durante as operações; controle de folga pelos traba-

lhadores, entre outras reivindicações. A Halliburton tem avançado pouco nas discussões e os trabalhadores já começam a se mobilizar, a exemplo da base de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde aprovaram, em assembléia realizada no último dia 11, paralisações das atividades por 48 horas, caso a empresa não apresente novas propostas com avanços significativos.

